

Lições da Revolução de 1820 para a agenda da representação política

Artur Santos Silva¹

Foi com todo o gosto que aceitei o convite que me foi dirigido pelo Prof. Gaspar Martins Pereira para intervir no Congresso que comemora os 200 anos da Revolução Liberal.

A revolução de 24 de Agosto de 1820 consagrou o fim do absolutismo e constitui o arranque do movimento liberal.

Devemos ao movimento liberal dois momentos da maior relevância do século XIX, um, a independência do Brasil, a tempo de evitar a sua fragmentação, o outro, termos sido, em 1867, o primeiro país a abolir a pena de morte. A este propósito escreveu então Victor Hugo: «Portugal dá o exemplo à Europa. [...] A Europa imitará Portugal».

Esta é uma oportunidade para, partindo da análise crítica e plural do que se passou desde então, perspetivar o futuro. Ou seja, interessa debater as questões que hoje se colocam, contribuindo para melhorar a qualidade da vida política do nosso regime democrático.

As comemorações cívicas mobilizam a memória e asseguram a articulação entre o passado, o presente e o futuro. Há que reinterpretar o passado à luz da lição que se pretende dar ao presente e que pode ajudar a construir o nosso futuro.

Perto de um século depois fundou-se a República, em outubro de 1910, constituindo as suas grandes ambições a democratização da sociedade portuguesa, a laicização do Estado, a elevação dos níveis de educação e saúde, a modernização da economia, a construção do Estado de direito. Proclamou,

1. Presidente Honorário do Banco BPI e Curador da Fundação La Caixa. Doutor *honoris causa* pela Universidade do Porto e pela Universidade Nova de Lisboa.

ainda, a cidadania baseada na participação e na virtude cívicas, bem como a responsabilidade democrática dos órgãos e titulares de cargos públicos.

Infelizmente, estes objetivos vieram a ser largamente frustrados, iniciando-se, com o 28 de Maio de 1926, um regime ditatorial que afastou Portugal da Europa e do seu tempo.

O 25 de Abril, em 1974, restaurou as liberdades, com uma amplitude e universalidade inéditas na nossa história. Através da descolonização, representou uma rotura secular com o regresso à fronteira do século XIV e, 10 anos mais tarde, o contraponto geoestratégico que foi a adesão às Comunidades Europeias.

Portugal tornou-se então um Estado de direito, laico, com a submissão das Forças Armadas ao poder político, uma organização económica essencialmente fundada nos princípios do mercado e integrado numa união económica dos países democráticos, mais tarde com a fronteira aberta e uma moeda comum.

No início deste século poderíamos dizer que 90 anos depois se tinha realizado a república idealizada. De facto, Portugal iniciou, a partir da adesão à Comunidade Económica Europeia, uma década e meia de profunda modernização económica e social, com relevantes impactos na produtividade, nas infraestruturas, na saúde, na educação, na segurança social.

Mas na primeira década do século XXI o crescimento económico estagnou, Portugal começou a divergir sistematicamente da média da União Europeia. Decidiu-se fazer um grande esforço para integrar o grupo dos países fundadores do Euro, mas a sociedade política e a sociedade civil não assumiram as consequências desse novo estatuto.

A economia perdeu competitividade e o défice externo agravou-se dramaticamente, situando-se, durante vários anos, à volta de 10% do PIB. Por outro lado, as finanças públicas atingiram um nível de desequilíbrio incontrolável.

E, assim, o nosso país, em 2011, pela terceira vez em menos de 35 anos, teve de recorrer à ajuda financeira externa, com a intervenção do FMI e, também, neste caso, das instituições europeias.

Foi-nos imposta, uma vez mais, uma política de austeridade, desta vez com ainda mais pesados custos económicos e sociais. Porém, Portugal conseguiu em três anos controlar o défice público e a dívida do Estado; no plano externo obtivemos um feito inédito na nossa história, o de apresentar um *superavit* na balança de bens e serviços em cinco anos consecutivos, de 2015 a 2019.

Portugal recuperou a credibilidade perdida cumprindo os principais objetivos e metas a que se tinha obrigado, tal como tinha acontecido nas duas vezes anteriores (1978 e 1983). Mas, desta vez, com um agravamento do desemprego brutal, de que, felizmente, viemos a recuperar a partir de 2013.

Não podemos esquecer estas lições da História, que tanto afetaram as condições de vida dos portugueses.

Temos de saber demonstrar que o regime democrático e o rigor na gestão das finanças públicas são compatíveis.

Gostaria de lembrar aqui o que disse Jorge de Sena em 1975, como poderia escrever hoje: «Portugal aqui está para ficar na história... esperamos o melhor — e, se há milagres na história de Portugal, na sua longa vida, fez já alguns».

O grande desafio que temos pela frente é simples de formular: precisamos de melhorar a qualidade da democracia no século XXI. E são vários os problemas que se colocam aos regimes democráticos.

A democracia tem hoje que conviver com a globalização. A tendência para um mundo economicamente globalizado poderá sofrer recuos temporários, mas no longo prazo é imparável. Ora a globalização traz benefícios, mas envolve riscos.

Um deles, a que estamos a assistir, é a erosão do poder dos Estados e o aumento do poder dos centros económicos de decisão, nomeadamente, dos mercados e dos seus reguladores, quando uns e outros não têm que responder perante os eleitores e os cidadãos.

Preservar a democracia neste contexto exigirá um reforço do direito e das organizações internacionais. Mas este é um caminho que ainda está largamente por percorrer.

Nomeadamente, impõe-se promover a reforma da ONU e de instituições supranacionais, como o FMI e o Banco Mundial, OMC — Organização Mundial do Comércio e OMS — Organização Mundial da Saúde, cujo papel na «governance mundial» é determinante, no plano político, social, económico e financeiro.

Também assume importância fundamental aplicar e regular, à escala nacional, o acordo sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para que as políticas europeias reflitam esta nova estratégia, integrando tais metas na estratégia económica e social de cada estado-membro.

Num momento de crise do processo de integração, bem evidenciado com o Brexit, importa combater o alheamento progressivo dos cidadãos face ao ideal europeu, que urge relançar.

Deverá imprimir-se renovado impulso a este extraordinário projeto, único no mundo, de reforço da afirmação dos países europeus, através do exercício em comum de parte das soberanias nacionais de cada um.

Como afirmou em maio de 2010 o grande pensador alemão Jürgen Habermas, «em épocas de crise pode fazer-se história. As elites políticas não podem convencer-se de que são as populações que impedem a unificação europeia mais profunda. [...] Há que conseguir criar a consciência de que, para lá das fronteiras nacionais, há que partilhar um destino europeu comum».

A União Europeia constitui, pela partilha das soberanias nacionais, uma resposta política à globalização económica. A união dos estados-membros faz a sua força. Mas, no quadro da própria UE, importa conseguir que a democracia, que tradicionalmente funciona em quadros nacionais, seja efetiva também num plano supranacional europeu.

Fala-se muito de uma alegada crise de representação nas democracias modernas. Aponta-se a abstenção eleitoral, em muitos lados crescente.

E refere-se um certo alheamento das populações em relação à «Res Publica», assim como uma desconfiança sistemática face à classe política. Acresce a tentação populista, que tem vindo a reforçar-se em várias democracias. São questões graves e que não podemos ignorar.

Ora a democracia tem algo de importante a oferecer para a melhoria da qualidade das nossas instituições.

Não se deve encarar a liberdade das pessoas como algo meramente negativo, no sentido de impedir interferências de terceiros, incluindo do Estado, na esfera privada de cada um.

A democracia reclama, também, uma liberdade positiva: o direito — e o dever — de intervir ativamente na vida pública. Foi esse o desafio que John Kennedy lançou aos americanos: «não perguntem o que a América pode fazer por cada um de vós, mas antes o que cada um pode fazer pelo nosso país»

E a intervenção no espaço público não se pode limitar ao campo estritamente político. É essencial, por exemplo, intervir no debate aberto sobre os grandes temas ético-políticos das nossas sociedades.

A partir destes debates geram-se consensos, mais ou menos abrangentes, e valores que poderão ser assumidos coletivamente, os quais, por sua vez, poderão dar origem a leis que o Estado imporá a todos, incluindo a quem não concorda com elas.

Do mesmo modo, na Europa, as questões demográficas, e, à escala global, os fundamentalismos religiosos, o mundo digital e a bioética estão a criar novos desafios e a determinar novas respostas às sociedades democráticas do nosso tempo.

O que fazer para que, entre nós, os valores do regime democrático sejam afirmados e respeitados?

Quanto à cidadania todos temos que saber exigir mais credibilidade, competência e sentido do bem público à classe política, reclamando às nossas elites mais pró-atividade, mais iniciativa na discussão dos desafios e nas propostas dos caminhos de um futuro mais ambicioso, num país mais moderno e mais justo. Os mais bem preparados têm que assumir mais protagonismo e mais responsabilidades.

A capacidade de gerar conhecimento das nossas universidades tem que estar mobilizada para preparar propostas de políticas bem estudadas, concebendo as mudanças de que o país carece. Só assim a classe política poderá ser influenciada e condicionada da maneira mais eficaz. E o sucesso das políticas dependerá, naturalmente, de um consenso tão alargado quanto possível sobre as reformas a realizar, quer no plano partidário, quer no diálogo social.

Por outro lado, impõe-se que os *media* tenham uma atitude mais responsável, mais educativa e mobilizadora.

É, naturalmente, de aspirar a que o nosso país mantenha grande abertura à integração das comunidades imigrantes, o que nos tem colocado numa posição de liderança, entre as sociedades mais avançadas na afirmação dessa atitude, quer no plano político, quer na nossa cultura de respeito pelos outros.

A credibilidade do país tem que ser consolidada com o cumprimento de compromissos responsabilmente assumidos, no âmbito do Euro e da União Europeia e, em especial, respeitando os objetivos de controlo do défice público e da gradual, mas firme, redução da dívida do Estado em relação ao PIB. Como disse, em democracia, apenas pontualmente tivemos contas públicas equilibradas. É imperativo ultrapassarmos de vez esta vulnerabilidade que tanto condiciona o nosso futuro.

Uma prioridade fundamental da nossa política económica é a de conseguir um maior desenvolvimento económico e social, que nos permita convergir com o núcleo mais avançado da União Europeia. Para tal, precisamos hoje de menos e melhor investimento público, mais investimento privado sustentável, até porque

também constitui uma variável fundamental para a criação de emprego. E, naturalmente, necessitamos de financiar tal esforço com uma maior poupança privada; é certo que a poupança das empresas tem vindo a melhorar, mas a das famílias encontra-se ainda em níveis muito modestos, manifestamente insuficientes para uma maior ambição.

Finalmente, para afirmarmos a nossa competitividade à escala global carecemos de mais investigação e inovação e de mais empreendedorismo qualificado, assegurando as melhores condições ao nosso sistema científico.

A estratégia que vier a ser defendida para a Europa 2030 tem que ser responsabilmente preparada, assumida e executada, tal como foi a Agenda de Lisboa de 2000 para a Investigação e para a Inovação.

A diminuição da desigualdade, o combate à exclusão social e à pobreza deverão constituir preocupações fundamentais para enfrentar com sucesso a desconfiança dos cidadãos no nosso sistema democrático, evitando o surgimento de populismos perversos.

E só poderemos melhorar a nossa competitividade, se for dada prioridade absoluta à valorização do nosso capital humano, com mais instrução e uma adequada formação profissional contínua. Já conseguimos, em 2000, que 43% da população entre os 30 e os 34 anos tivesse o primeiro grau de formação universitária concluído com sucesso, tendo o nosso objetivo para 2030 subido para 50%.

Assiste-se, hoje, a um descontentamento em relação à democracia, mas que se agudizou nos últimos anos, com manifestações de descrença por parte dos eleitores nos seus representantes, o que, se por um lado tem dado espaço a movimentos populistas, é, também, um sinal de esperança na renovação da democracia.

A pandemia é apontada como fator que muito contribuiu para esta erosão, servindo de argumento para impor restrições nas liberdades e garantias e na separação dos poderes, fundamental num Estado de Direito Democrático, e tendo-se verificado, em nome do controlo sanitário, algumas situações limite na restrição da liberdade (especialmente em países com menor cultura democrática).

Grande parte da erosão das democracias decorre das medidas tomadas para combater a crise sanitária causada pela pandemia, que resultou na suspensão da liberdade de populações inteiras por períodos prolongados. Em 2020 os cidadãos experienciaram, de forma voluntária, o maior retrocesso das liberdades

individuais empreendido por governos em tempo de paz (e talvez, até, em tempos de guerra), refere o estudo².

Esperamos que, à medida que a crise sanitária se vá atenuando e com as medidas de apoio à economia e às famílias, se assista a uma refundação do regime democrático, quer nos países onde a democracia está mais consolidada, mas em crise, quer em países emergentes.

Se soubermos enfrentar com êxito grande parte dos mais importantes desafios com que a sociedade se debate, prestaremos a melhor homenagem àqueles que pensaram que a República era o fim da História e, em especial, aos nobres «cavaleiros do ideal republicano» que tudo fizeram para afirmar a ética da honradez, o amor à pátria e à humanidade, ambicionando conquistar os cidadãos pela instrução e devoção cívica.

Ao confrontar os ideais e os princípios republicanos com os grandes desafios que hoje se colocam à sociedade portuguesa concluímos, naturalmente, quanto é necessário dispor de instituições democráticas mais fortes, mais adequadas ao nosso tempo: que se reforme, com sucesso, a administração e a organização do Estado, que só assim será nosso; que as leis sejam claras, e mais bem preparadas; que os tribunais funcionem; que as entidades reguladoras sejam firmes e atuantes; que os partidos e o Parlamento assegurem uma melhor representação e fiscalização política.

Finalmente, que o Governo consiga satisfazer melhor as aspirações da sociedade, garantindo padrões de qualidade de vida mais elevados e uma maior coesão e solidariedade social, relançando uma nova vaga de esperança no futuro.

2. «The Economist» (Intelligence Unit) (2021). *Democracy Index 2020: In Sickness and in Health?*